

**SEMEANDO A RESISTÊNCIA CAMPONESA: UMA ANÁLISE DA
COOPERAÇÃO NA HISTÓRIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS
DE SEMENTES NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS**

**SEEDING THE PEASANT RESISTANCE: AN ANALYSIS OF
COOPERATION IN THE HISTORY OF COMMUNITY SEED
BANKS IN THE SEMI-ARID OF ALAGOAS**

**SEMBRANDO LA RESISTENCIA CAMPESINA: ANÁLISIS DE LA
COOPERACIÓN EN LA HISTORIA DE LOS BANCOS
COMUNITARIOS DE SEMILLAS DEL SEMIÁRIDO DE ALAGOAS**

Flávio dos Santos¹

flavio.geografiaufal@gmail.com

Christiane Senhorinha Soares Campos²

christianescampos@gmail.com

Resumo

No semiárido alagoano camponeses realizam desde a década de 1980 um trabalho coletivo voltado para a preservação das sementes crioulas, prática que a partir de 1990 passou a ser conduzida pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes, criada para organizar e expandir o trabalho de guarda das cultivares crioulas nas comunidades rurais. Frente a essa realidade grupos do agronegócio, a fim de suplantarem os organismos crioulos, vem disseminando produtos híbridos e transgênicos no Semiárido de Alagoas, colocando assim novos desafios para a luta camponesa. Ancorado em uma abordagem quantitativa-qualitativa, o artigo objetiva analisar o papel do trabalho cooperativo para a salvaguarda das sementes crioulas no contexto do Semiárido alagoano, de modo a evidenciar a relevância dessa prática para a reprodução e resistência camponesa.

Palavras-chave: Semiárido alagoano. Cooperativismo. Sementes Crioulas. Resistência.

Abstract

In the semi-arid of Alagoas peasants have carried out, since the 1980s, a collective work aimed at the preservation of creole seeds, a practice that from 1990 was conducted by the Cooperative of

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

² Professora do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e em Economia (PROPEC) da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Small Agricultural Producers of the Community Seed Banks, created to organize and expand the work of guarding creole cultivars in rural communities. In the face of this reality agribusiness groups, in order to supplant creole organisms, has been disseminating hybrid and transgenic products in the semi-arid of Alagoas, thus posing new challenges for the peasant struggle. Anchored in a quantitative-quantitative approach, the article aims to analyze the role of cooperative work to safeguard creole seeds in the context of the semi-arid of Alagoas, in order to highlight the relevance of this practice for reproduction and peasant resistance.

Keywords: Semi-arid of Alagoas. Cooperativism. Creole Seeds. Resistance.

Resumen

En la región semiárida de Alagoas, los campesinos llevan realizando trabajos colectivos desde la década de los 80 orientados a la conservación de semillas criollas, práctica que desde 1990 lleva a cabo la Cooperativa de Pequeños Productores Agrícolas de Bancos Comunitarios de Semillas, creada para organizar y ampliar el trabajo de tutela de los cultivares criollos en las comunidades rurales. Ante esta realidad, los grupos agroindustriales, con el fin de suplantar a los organismos criollos, han ido diseminando productos híbridos y transgénicos en la región semiárida de Alagoas, planteando así nuevos desafíos para la lucha campesina. Anclado en un enfoque cuantitativo-cuantitativo, el artículo tiene como objetivo analizar el papel del trabajo cooperativo para la salvaguarda de las semillas criollas en el contexto de la región semiárida de Alagoas, con el fin de resaltar la relevancia de esta práctica para la reproducción y resistencia campesina.

Palavras chave: Semiárido de Alagoas. Cooperativismo. Semillas Criollas. Resistencia.

INTRODUÇÃO

No âmbito da reprodução social camponesa as sementes se constituem como um elemento essencial, pois se tratam de organismos importantes para as atividades agrícolas realizadas por esses trabalhadores, processo que garante o alimento da família, assim como suscita o surgimento de conhecimentos únicos por meio das relações de trabalho e do contato com a natureza, materializado no plantar, no germinar, no manejo e na colheita. Essa importância desempenhada pelas sementes é verificada desde os primórdios da agricultura, em que se tinha o manejo de diferentes espécies (LABOURIAU, 1990), fato primordial para a reprodução da vida humana, assim como para a ampliação biológica das variedades de sementes existentes.

Como fruto desse processo destacamos as chamadas sementes crioulas³, as quais “são organismos vivos de amplo conhecimento dos agricultores e agricultoras, pois foram transmitidas de geração em geração” (LIMA, 2017), transportando traços biológicos e

³ Segundo Trindade (2006, p. 04) essas “sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos”.

códigos culturais originados no trabalho camponês e no cotidiano desses povos, fatos que se materializam em uma semente pura, livres de qualquer melhoramento feito em laboratório. O cultivo e a preservação das sementes crioulas configuram-se como uma prática que é realizada por trabalhadores ao redor do mundo. Considerando o contexto brasileiro, o plantio desses organismos é feito desde o período pré-colonial pelas comunidades indígenas (LINS, 2014), prática que nos dias atuais continua sendo realizada por trabalhadores camponeses e povos tradicionais residentes nas diferentes regiões brasileiras, os quais são denominados de guardiões de sementes.

Dentre os guardiões brasileiros, destacamos os que residem no Semiárido do país, região marcada por suas intempéries climáticas, fato que tem seu impacto na agricultura. Na realidade da referida região a produção agrícola é feita majoritariamente por meio do sistema de sequeiro, dependendo desse modo da ocorrência de chuvas para se realizar o plantio e obter uma boa colheita. Nesse sentido, as sementes crioulas possuem uma grande importância para reprodução dos camponeses que habitam no Semiárido, pois são organismos que por meio do seu manejo na natureza estão adaptados aos aspectos edafoclimáticos da região citada.

Perante tal fato, camponeses do Semiárido brasileiro vem realizando um trabalho comunitário voltado para a salvaguarda dos organismos crioulos. Esse processo teve seu limiar na década de 1970 e surgiu por meio das ações desenvolvidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica, cujo objetivo era o de evidenciar a importância das sementes crioulas para combater a fome e assegurar a permanência das famílias na terra. Como fruto dessas atividades surgiram os Bancos Comunitários de Sementes (BCS), um espaço de atuação comunitária voltado para a guarda e preservação dos organismos crioulos (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002).

Segundo Almeida e Cordeiro (2002), o BCS é um modelo de gestão voltado para a estocagem das sementes crioulas, se configurando também como um ambiente de formação política onde os trabalhadores se reúnem para tratar não apenas da questão das sementes, mas para debater sobre os diferentes problemas existentes na comunidade e delinear os caminhos a serem trilhados a fim de solucionar os mesmos.

Entre os camponeses que realizam a salvaguarda das sementes crioulas destacamos os residentes no Semiárido do Alagoas, os quais vem desenvolvendo desde a década de 1980 um trabalho comunitário voltado para a preservação dessas cultivares, processo cuja concretude ocorre por meio da formação de uma rede estadual de BCS, os quais são organizados desde a década de 1990 pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS), entidade criada pelos próprios camponeses alagoanos com o propósito de ampliar a articulação entre os BCS e propiciar a formação de novos bancos, fortalecendo a presença camponesa no Semiárido.

Norteadada pelo viés da produção agroecológica, a COPPABACS guia o trabalho no interior dos BCS pelos caminhos do cooperativismo, este que se configura como uma prática que sempre existiu na sociedade, desde os tempos pré-históricos (ONOFRE; YOKOO, 2011), e corresponde a uma ação realizada dentro de um contexto político e social em que um grupo de pessoas passa a pensar e agir de maneira coletiva em torno de um objetivo comum (REISDORFER, 2014).

Tais elementos se fazem presentes no trabalho camponês realizado no âmbito dos BCS localizados no Semiárido alagoano, pois se trata de uma prática que está pautada no trabalho coletivo voltado para o alcance de um bem comum a todos: a salvaguarda das sementes crioulas. Todavia, frente a essa atividade, corporações empresariais sementeiras, com a anuência do Estado tanto na escala nacional quanto regional, vem disseminando produtos híbridos e transgênicos a fim de suplantar as cultivares crioulas no espaço agrário do Semiárido do Alagoas.

Perante o quadro apresentado, o presente artigo tem o objetivo de realizar uma análise do papel da cooperação para a salvaguarda das sementes crioulas no contexto do Semiárido alagoano, sobretudo diante da ofensiva que vem sendo realizada pelo capital no sentido de ter domínio cada vez maior do conjunto da produção e comercialização de produtos agrícolas, mercantilizando todos os processos e produtos, particularmente as sementes, em uma perspectiva multiescalar.

Nesse sentido, considerando o papel das sementes crioulas na vida camponesa, partimos do pressuposto que a disseminação de sementes híbridas e transgênicas constitui um mecanismo de acumulação primitiva, à medida que ao parar de produzir suas sementes

o camponês perde uma condição fundamental para a realização de seu trabalho e isso implica em um conjunto de transformações nas relações que se estabelece com a sociedade e a natureza (SANTOS, 2020).

A estrutura metodológica do presente estudo teve como alicerce a concepção materialista histórico-dialética, a qual se caracteriza enquanto uma episteme voltada para a compreensão do “movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir “[...] as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história” (PIRES, 1997, p. 83). Essa perspectiva possibilita uma análise da relação sociedade-natureza, que leva em conta a totalidade tanto no que tange as escalas geográficas, quanto aos processos de trabalho e de apropriação e uso do espaço, bem como as contradições inerentes à acumulação de capital que condicionam as dinâmicas socioespaciais.

No tocante às abordagens, esta pesquisa se constitui como do tipo quantitativa-qualitativa. Destrinchando sobre a pesquisa quantitativa, Minayo e Sanches (1993, p. 247) apontam que ela tem como “campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis”. Em relação à pesquisa qualitativa, explicitam que esta abordagem “trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões”. Assim, temos a pesquisa qualitativa enquanto metodologia voltada para a compreensão da realidade social a partir da análise das sociabilidades historicamente estabelecidas.

Desse modo, fundado na abordagem quantitativa-qualitativa, este trabalho foi realizada por meio do levantamento estatístico junto às seguintes fontes secundárias: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), Articulação Semiárido Brasileiro – ASA (2019, 2021), Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes – COPPABACS (2019), Portal da Transparência Graciliano Ramos (2018) e Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas (2018).

Por meios das fontes citadas, buscamos a obtenção de dados socioeconômicos do município de Água Branca, assim como da Rede Estadual de Bancos Comunitários de Sementes e das ações realizadas pelo estado alagoano no tocante às políticas de distribuição de sementes. Em relação à pesquisa em campo, realizamos ao longo do período de março a outubro de 2019 e se deu por meio da técnica da observação em conjunto com o registro

fotográfico, tanto nas comunidades quanto na sede da COPPABACS. Igualmente, a fim de entendermos o contexto histórico de lutas e de construção do trabalho cooperativo em torno das sementes crioulas no Semiárido alagoano, realizamos entrevistas semiestruturadas.

Foram entrevistadas 13 pessoas, incluindo guardiãs e guardiões de sementes de duas comunidades, a pioneira desta experiência na região e outra cujo banco de sementes é um dos mais recentes associados à cooperativa. Também foram entrevistados camponeses dirigentes da COPPABACS, uma pessoa da assistência técnica e o então secretário de agricultura do município de Pariconha. O trabalho de campo foi essencial para o entendimento do cooperativismo presente no trabalho da agricultura camponesa com as cultivares crioulas, bem como para a compreensão do contexto atual de expansão das sementes do agronegócio no Semiárido alagoano.

Este artigo está dividido em quatro partes além desta introdução. Inicialmente analisamos o Semiárido brasileiro e alagoano, destacando alguns processos de acumulação de capital e de resistência camponesa nestes espaços. Na sequência debatemos o papel do cooperativismo na luta pela reprodução das sementes crioulas na região semiárida de Alagoas. O terceiro item tem como escopo o atual avanço das sementes do agronegócio. E nas considerações finais reiteramos a contribuição da cooperação para garantir os Bancos Comunitários de Sementes e, por conseguinte, a reprodução camponesa no Semiárido.

SEMIÁRIDO BRASILEIRO E ALAGOANO: ESPAÇOS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPESINAS

Quando refletimos sobre o processo histórico de formação social, econômica e cultural do Semiárido brasileiro, vemos que a referida região se constitui como um espaço marcado por ações de lutas empreendidas pela população residente nessa faixa do território brasileiro. São povos que resistem às intempéries climáticas e aos processos de acumulação capitalista, esses que historicamente se materializam por meio das práticas hostis perpetradas pelos grupos oligárquicos locais e pelas às políticas públicas implantadas pelo Estado, sobretudo às de combate à seca, essas que ao longo do tempo se mostraram ineficientes, constituindo-se como verdadeiros dispêndios do erário público.

Nesse sentido, o Semiárido brasileiro, que segundo Ab'Sáber (1999, p. 07) “é uma das regiões Semiáridas mais povoadas entre todas as terras secas existentes nos trópicos ou entre os trópicos [...]”, se configura como uma importante região do território nacional, a qual foi no passado, e continua sendo no presente, palco de intervenções estatais, que por meio de políticas públicas, buscam amenizar os problemas sociais e econômicos, sendo os aspectos edafoclimáticos tidos como os causadores de tais vulnerabilidades.

Ab'Sáber (1999, p. 07), ao apontar os principais elementos naturais que caracterizam as regiões Semiáridas, assim coloca:

Os atributos que dão similitude às regiões Semi-áridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones.

Como muito bem destacado por Ab'Sáber (1999), são os fatores de ordem natural (como o clima, a hidrografia e a vegetação) que conferem ao Semiárido seus aspectos singulares. Ancorado nesse fato, o Estado utilizou-se desses fatores naturais para delimitar, ao menos do ponto de vista da legislação, a região Semiárida brasileira para conseqüentemente intervir na mesma por meio de políticas públicas.

No contexto mais atual, o Estado brasileiro instituiu, por meio das Resoluções nº 107, de 27 de julho de 2017 e nº 115, de 23 de novembro de 2017, três aspectos que devem ser registrados por determinado município para que o mesmo possa ser integrante da região Semiárida e, desse modo, ser assistido por políticas públicas elaboradas especialmente para essa região: “precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano” (SUDENE, 2020).

A partir do deliberado pelas referidas Resoluções o Semiárido brasileiro abrange, na atualidade, 1.262 municípios distribuídos entre os estados de Alagoas (38 municípios), Bahia (278 municípios), Ceará (175 municípios), Maranhão (2 municípios), Minas Gerais (91 municípios), Paraíba (194 municípios), Pernambuco (123 municípios), Piauí (185

municípios), Rio Grande do Norte (147 municípios) e Sergipe (29 municípios). Ao todo, o Semiárido brasileiro possui uma área de 1.128.697 km², onde viviam, no ano de 2017, 27.870.241 milhões de pessoas (SUDENE, 2017).

Todavia, as ações de delimitação da região Semiárida do país não se constituem como algo recente, pelo contrário, se tratam de um instrumento que vem sendo adotado pelo Estado há décadas, fato que ilustra como a questão da seca na realidade brasileira não é algo que envolve apenas uma questão ambiental, mas também uma disputa política. Conforme Malvezzi (2009) umas das principais ações adotadas pelo Estado foi a recomposição do chamado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), ocorrida em 1945, órgão que nasceu em 1909 com o nome de Inspeção Nacional de Obras Contra as Secas (IOCS).

Segundo Malvezzi (2009), as ações do DNOCS no Semiárido se materializaram por meio de um amplo processo de construção de açudes na referida região: aproximadamente 70 mil, fato que tornou o Semiárido brasileiro em “[...] uma das regiões mais açudadas do planeta [...]” (MALVEZZI, 2009, p. 67). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional (2013), durante muitos anos o DNOCS foi “[...] o responsável único pelo socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região” semiárida. As ações do DNOCS passaram a perder espaço em 1959, quando foi instituída a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão criado pelo Estado com o intuito de ampliar os mecanismos de combate à seca.

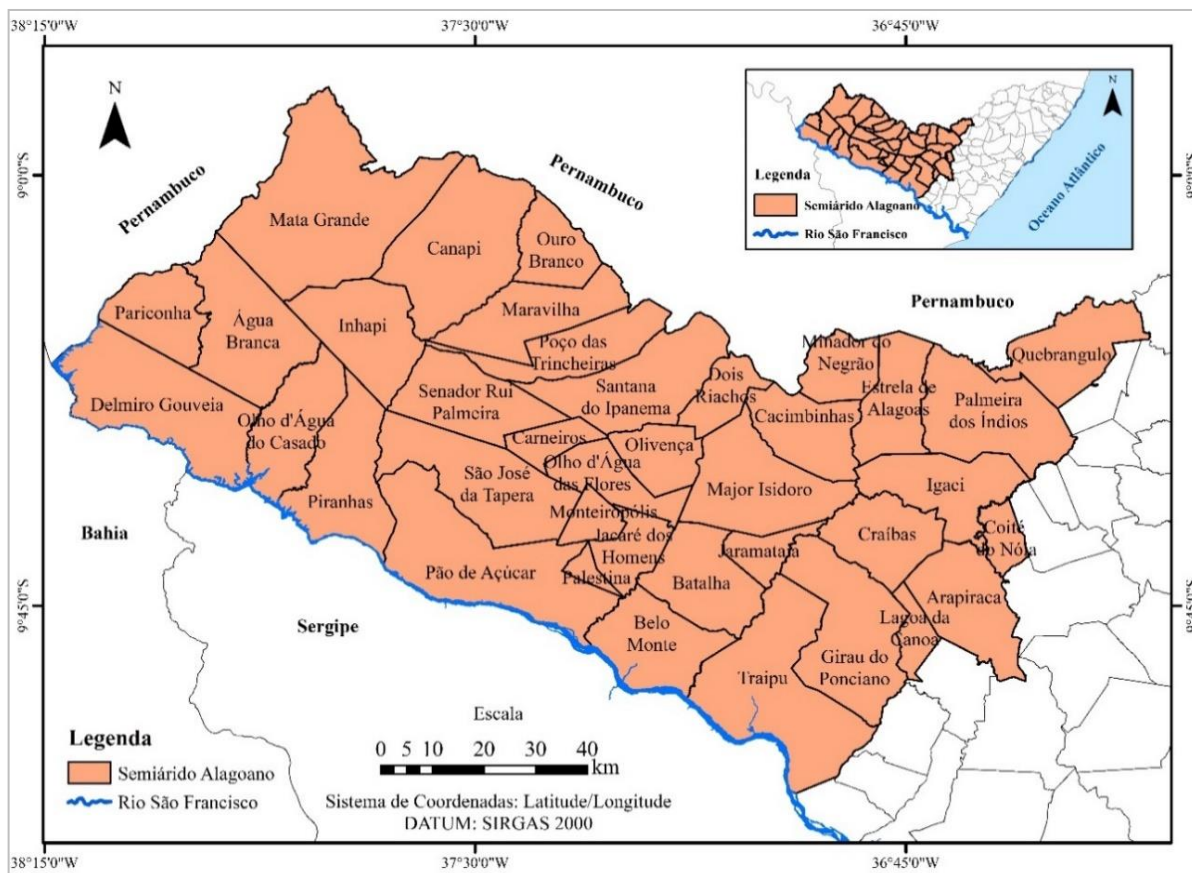
Porém, Malvezzi (2009) coloca que as medidas adotadas por meio da SUDENE não obtiveram êxito, uma vez que ela foi cooptada por grupos oligárquicos da região nordestina. O fato é que as ações de combate à seca historicamente realizadas pelo DNOCS, e posteriormente intensificadas com a criação da SUDENE, se configuraram como mecanismos ineficazes no sentido de amenizar os graves problemas socioeconômicos da população do Semiárido. As ações dessas instituições, em grande medida, foram abarcadas pelas elites oligárquicas locais, aprofundando as desigualdades, como densamente analisou Oliveira (1981). Assim, a intervenção estatal contribuiu para emergir o que ficou conhecido como indústria da seca.

Diante das políticas de combate à seca historicamente implantadas pelo Estado, organizações da sociedade civil iniciaram um processo de articulação tendo como pilar o entendimento de que não se é possível combater à seca, haja vista se tratar de um fenômeno natural, de modo que o caminho a ser traçado e percorrido é o da convivência com ela (MALVEZZI, 2009). Foi à luz desse entendimento que nasceu, em meados do ano 2000, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), surgida com o propósito de elaborar ações voltadas para a convivência no Semiárido, de modo a utilizar de forma racional e equilibrada os recursos naturais da região.

Nesse cenário, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), implementado no limiar dos anos 2000, foi a primeira política desenvolvida pela ASA, uma ação voltada para o atendimento de “[...] uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber” (ASA, 2020). Em 2007, a ASA criou mais uma política de convivência com a seca: o Programa 1 Terra e Duas Águas (P1+2), ação que consiste na construção de uma “[...] estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais” (ASA, 2020).

O surgimento da ASA foi uma importante manifestação da resistência de trabalhadores e trabalhadoras do Semiárido brasileiro perante o histórico quadro das ineficientes políticas públicas pensadas para combater à seca na região. Nesse contexto, dentre os territórios integrantes do Semiárido brasileiro em que se presencia, no passado e no presente, ações de resistência, destacamos o alagoano, cuja parte correspondente ao Semiárido envolve todo o Sertão uma parcela do Agreste (Figura 1), possuindo uma área de 12.583 km² e englobando 38 municípios onde residiam, em 2017, 962.641 habitantes (SUDENE, 2017).

Figura 1: Delimitação do Semiárido alagoano



Base cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

O Semiárido alagoano se configura como um espaço marcado por ações de lutas e resistências realizadas historicamente pela classe trabalhadora que habita a região. Nesse sentido, compreendemos ser fundamental remetermos aos diferentes processos de povoamento do Semiárido de Alagoas, de modo a clarificar os elementos que proporcionaram a formação dessa população. Segundo Albuquerque (2017, p. 81), são três os processos que proporcionaram “[...] o povoamento e a sociedade que temos hoje no Semiárido alagoano”, os quais podem ser organizados da seguinte forma:

O primeiro foi composto por diversos deslocamentos migratórios de povos indígenas, de negros rebeldes e pobres livres que deixaram o litoral e a zona da mata e deslocaram-se interior adentro. O segundo foi realizado por fazendeiros que, a partir de Penedo, margeando o rio São Francisco, acompanhados por vaqueiros e escravos, embocaram pelo

Sertão, espalhando gado e currais sempre que possível. O terceiro movimento foi realizado por membros de tropas oficiais e por milicianos mobilizados, inicialmente, para combater os rebeldes da região e que acabaram por fixar residência na região, com ou sem a anuência da Coroa Portuguesa (ALBUQUERQUE, 2017, p. 81).

Como apresentado por Albuquerque (2017), o movimento que levou ao povoamento do Semiárido alagoano envolve processos históricos amplos: a migração de indígenas, negros e pobres livres; a presença de fazendeiros, vaqueiros e escravos; a chegada de uma força repressiva, constituída por tropas e milicianos. Tal povoamento foi moldando a configuração social e espacial do Semiárido alagoano. Desse modo, enxergamos ser necessário, também, destacar a presença do capital e apontar o movimento que o mesmo realizou no processo de formação do Semiárido de Alagoas.

A presença do capital no Semiárido alagoano foi condicionada pelos fatores naturais dessa região, principalmente os de ordem hídrica (LESSA, 2013). Segundo Lessa (2013, p. 312), no contexto do Semiárido de Alagoas, o movimento do capital “[...] foi o de renunciar à propriedade da terra e concentrar-se em posições que lhe permitem apropriar-se da renda rural”. Ainda conforme este autor, a ausência de uma estrutura de obras hídricas adequada configurou-se como um fator que gerou uma espécie de repulsa para o capital, fazendo com que os capitalistas evitassem realizar altos investimentos na região Semiárida alagoana. Desse modo, Lessa (2013, p. 312) compreende que o caminho trilhado pelos proprietários do capital foi o de subordinar “[...] um numeroso número de campesinato livre aos seus interesses por meio de mecanismos de comercialização e crédito”.

Apesar de o movimento do capital ter se realizado no Semiárido alagoano assentado na busca pela sujeição do campesinato aos imperativos capitalistas, essa classe social não esmoreceu seu ímpeto de resistência, pelo contrário, esse camponês se constituiu como um sujeito histórico que possui em sua essência o direcionamento para a luta. Nesse sentido, as ações do camponês da região Semiárida alagoana ganham contornos mais notórios quando percebemos que sua atuação se dá em um contexto que também é marcado pela presença da famigerada indústria da seca.

Destarte, assim como nas demais parcelas do Semiárido brasileiro, na realidade alagoana a emergência do paradigma de convivência com a seca, e o próprio surgimento da

ASA, são fatores que devem ser colocados em relevo na trajetória do campesinato do Semiárido de Alagoas, pois são frutos da articulação e resistência desses trabalhadores.

Nesse contexto, no Semiárido alagoano a resistência camponesa possui muitas manifestações e materialidades, resultantes das relações de trabalho, do contato com a natureza e dos modos de vida. Dentre essas ações, destacamos a prática do cooperativismo no Semiárido de Alagoas com o objetivo de proteger as chamadas sementes crioulas, cultivares que possuem um papel de grande importância no paradigma de convivência com a seca.

A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO ALAGOANO: UM OLHAR PARA A LUTA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS

Dentre os processos de resistência realizados no Semiárido de Alagoas pelo campesinato, a luta em defesa das sementes crioulas se constitui como uma importante ação, pois trata-se de um ato que vem sendo realizado por décadas por meio de uma atividade de cooperativismo que reúne camponeses de diferentes localidades, o que vem garantindo a preservação de um rico acervo cultural, histórico e biológico presentes nas cultivares tradicionais. Para que se possa compreender o surgimento e a espacialização desse processo de cooperativismo, torna-se necessário direcionarmos nossos olhares para aquele que é considerado o berço dessa luta: o Povoado Tabuleiro, localidade pertencente ao município de Água Branca.

Integrante da Mesorregião do Sertão alagoano, Água Branca possuía, no ano de 2010, uma população de 19.377 habitantes, dos quais 14.276 residiam na zona rural e 5.101 na área urbana (ATLAS BRASIL, 2010), fato que evidencia como o campo tem uma importante representação na estrutura demográfica do município. Na área social, Água Branca apresentou, em 2010, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁴ de 0,549, revelando um quadro vulnerável, o qual é corroborado nos percentuais de população pobre: em 2010, 33,30% dos habitantes se encaixavam na condição de

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é definido pela “média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais” (ATLAS BRASIL, 2010).

extremamente pobres⁵, enquanto 52,87% eram considerados pobres⁶ e 74,54% estavam na condição de vulneráveis à pobreza⁷ (ATLAS BRASIL, 2010).

No que diz respeito a economia, com 73,67% de sua população habitando no campo, a agricultura se constitui como um importante setor para Água Branca. Nesse sentido, os principais produtos cultivados são o feijão, a mandioca, o milho e, em uma pequena escala, o plantio de cana-de-açúcar (IBGE, 2017). Ademais, também se registra no município a criação de equinos, suínos, caprinos, ovinos, galináceos e bovinos, além da produção de leite, ovos e mel (IBGE, 2017).

É nesse contexto social e econômico, com forte presença do espaço rural, notado na composição demográfica de Água Branca, que está localizado o Povoado Tabuleiro com sua importância histórica no que se refere a prática do cooperativismo voltado para preservação das sementes crioulas no contexto do Semiárido alagoano, processo cujo limiar remete à década de 1980, período de grande agitação no Brasil, marcado pelas lutas camponesas na busca pela redemocratização do país.

Esse foi o cenário em que se iniciou a caminhada do campesinato do Semiárido alagoano na construção de uma resistência na defesa das sementes crioulas, luta realizada em um espaço marcado pela forte presença de oligarquias que dominavam o cenário político e estabeleciam relações clientelistas para com a população local, o que levou setores de base da Igreja Católica a entrarem em ação, fato narrado pela Entrevistada 01, camponesa participante do processo de organização dos camponeses do Semiárido de Alagoas:

Aqui no Alto Sertão [de Alagoas] a gente sempre viveu em uma trincheira: os Loyola, os Malta e os Torres [famílias que exerciam o domínio político na região]. E a semente não chegava por necessidade, ou via as associações ou sindicatos. Ela era distribuída pela prefeitura, pelos vereadores, era uma dificuldade. Então, na década de 1980, chegam duas comunidades: uma de mulheres e outra de homens. Lá no Tabuleiro [Povoado localizado em Água Branca] ficaram Frei Angelino e Frei Afonso, e em Inhapi ficaram as irmãs Gê e Cecília, e aí começam os trabalhos das

⁵ Extremamente pobres: “proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010” (ATLAS BRASIL, 2010).

⁶ Pobres: “proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010” (ATLAS BRASIL, 2010).

⁷ Vulneráveis à pobreza: “proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010” (ATLAS BRASIL, 2010).

Comunidades Eclesiais de Base [CEBs], e essas CEBs era animada pela paróquia daqui [de Delmiro Gouveia], de Água Branca, de Inbapi e de Mata Grande [municípios localizados na Mesorregião do Sertão alagoano]. A união dessas paróquias nós chamávamos de Forania do Alto Sertão (Entrevista realizada em 17/04/2019, no município de Delmiro Gouveia – Alagoas).

As ações exercidas pela Igreja Católica, por meio das CEBs, se apresentaram como um mecanismo de organização camponesa, buscando dar a esses sujeitos, através da fé, novas perspectivas. Com as chegadas de Frei Angelino e Frei Afonso, juntamente com as irmãs Gê e Cecília, no início da década de 1980, foi iniciado, nos municípios abrangidos pela Forania do Alto Sertão, um trabalhado de base em comunidades rurais, envolvendo povos camponeses, o que fez com que a Igreja Católica tomasse ciência das dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores.

Por meio dos encontros realizados pela Igreja no povoado Tabuleiro, a população encontrou, naqueles espaços de religiosidade, a oportunidade para externalizar as dificuldades enfrentadas no tocante o acesso à água e às sementes, elementos que junto com a terra são bases para reprodução da vida. Nesse sentido, os momentos de socialização oportunizados pelo trabalho de base da Igreja Católica propiciaram a articulação entre os camponeses que, sob o direcionamento dos Freis Angelino e Afonso, enxergaram na construção de uma roça comunitária uma possibilidade para atenuar os percalços existentes.

A construção da roça comunitária do povoado Tabuleiro representou, de forma concreta, os traços iniciais de uma cooperação voltada à defesa das sementes crioulas no Semiárido Alagoano, o qual foi materializado com o surgimento do primeiro BCS do estado de Alagoas, no ano de 1984, o qual foi fruto da coletividade do trabalho campesino, que diante das dificuldades enfrentadas naquele contexto teve na organização política, proporcionada por meio dos espaços de animação das CEBs, e no trabalho coletivo, elementos essenciais para a realização dessa atuação cooperada.

Iniciado com a participação de 7 camponeses, o BCS do Povoado Tabuleiro conta atualmente com 27 associados, sendo 17 homens e 10 mulheres. O BCS possui sua agenda mensal, com reuniões ordinárias realizadas em todos os segundos domingos de cada mês. A partir das práticas vivenciadas na localidade Tabuleiro, materializada na roça comunitária e no BCS, a experiência da cooperação entre camponeses para garantir as sementes para

todos começou a se disseminar no Sertão alagoano, sendo essencial para isso as ações que continuaram a serem desenvolvidas pelas CEBs, as quais passaram a envolver outras comunidades rurais que foram conhecendo o trabalho cooperado realizado pelos camponeses do Tabuleiro, como descreve a Entrevistada 01:

Então surge o primeiro banco [do Povoado Tabuleiro], e depois o segundo em Inhapi, e aí vai se expandindo, porque através das CEBs vem gente de Piranhas, vem gente de Poço das Trincheiras, e vão conhecendo a experiência e vão constituindo novos bancos. Inhapi, Poço das Trincheiras, Piranhas, Santana do Ipanema e Ouro Branco [municípios localizados na Mesorregião do Sertão alagoano]. Foram esses que, através das CEBs, e dessas experiências, se constituíram em bancos de sementes sem ser através da roça comunitária, como foi em Tabuleiro. Acharam interessante a ideia, então cada um doava uma quantidade de sementes pra formar aquele banco. Aí funcionava no alpendre da casa de um, ou no armazém da casa do outro.

Na medida em que novos BCS eram criados, paulatinamente foi surgindo a necessidade de se realizar uma articulação cooperada entre esses bancos, situação que fez emergir, no limiar da década de 1990, a necessidade de se construir uma entidade que promovesse a ampliação e estruturasse esse trabalho coletivo em torno das sementes. Foi nesse contexto que se fundou, em 1992, a primeira associação cooperativa dos camponeses guardiões de sementes do Semiárido alagoano: o Banco de Armazenamento e Comercialização de Sementes (BACS), o qual foi criado com objetivo de armazenar e comercializar as cultivares crioulas.

Todavia, os acirrados debates ocorridos no interior do BACS, provocados, dentre outros fatores, pela proposta de o transformar em uma cooperativa de produtos têxteis, resultou em divisões internas. Ademais, o insucesso decorrente da comercialização das sementes ocasionou danos financeiros para a cooperativa, de modo que a união de ambos os fatores provocou, em 1994, a extinção do BACS.

Perante o ocorrido, entre os anos de 1994-1996, os camponeses guardiões de sementes crioulas realizaram debates a fim de delinear quais seriam os caminhos a serem percorridos com a extinção do BACS. As reflexões realizadas ao longo do referido período apontaram a necessidade de se recriar uma organização cooperativa voltada para retomar o trabalho conjunto em torno das sementes crioulas e dos BCS do Semiárido alagoano. Foi nesse contexto que surgiu, no ano de 1996, a Cooperativa dos Pequenos Produtores

Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS), a qual representa a concretude do cooperativismo camponês em defesa das cultivares crioulas alagoanas.

Figura 2: Sede da COPPABACS,
Delmiro Gouveia – AL.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).
Fonte: Pesquisa de campo (julho de 2019).

Figura 3: Sementes Crioulas expostas
em mostruário na COPPABACS.



Autoria: SANTOS, Flávio (2019).
Fonte: Pesquisa de campo (julho de 2019).

Instituída em 1996, a COPPABACS foi ao longo dos anos aprimorando a sua organização, de modo que contemporaneamente a estrutura interna da cooperativa é composta por um conjunto de elementos que visam garantir uma gestão participativa e democrática nas tomadas de decisões. Nesse viés, na esfera administrativa, a COPPABACS possui um conselho formado por representantes dos BCS, o qual é incumbido de realizar a eleição do presidente e dos demais integrantes dos cargos de administração, de modo a formar a equipe gestora responsável por conduzir os trabalhos da cooperativa.

Além disso, também é responsabilidade do conselho deliberar sobre a adesão de novos BCS e de novos sócios que queiram se afiliar à COPPABACS. Importante pontuar que o camponês que seja integrante de um BCS associado à COBBAPACS não é obrigado a se tornar sócio, todavia, para que um guardião de semente crioula possa se associar à cooperativa ele deve obrigatoriamente integrar um BCS que seja afiliado a ela. Uma vez passando a ser integrante da COPPABACS, a equipe gestora coloca para os camponeses a

importância e necessidade de os BCS construírem a dinâmica de reuniões mensais, de modo a se ter um contínuo processo de mobilização e formação política.

Nascida no contexto em que já havia a existência de 30 BCS, a COPPABACS foi aos poucos se consolidando, sendo importante para isso a adoção de uma política de expansão dos bancos e intensificação das lutas, as quais foram ganhando novos sentidos em decorrência das mudanças verificadas no cenário brasileiro nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, marcadas pela escalada das ações neoliberais. Foi nesse cenário que nasceu, como já discutido anteriormente, a ASA, esta que viria a estabelecer uma parceria importante com a COPPABACS, sendo essencial para o fortalecimento do cooperativismo em torno das sementes crioulas no Semiárido Alagoano, como discorre o Entrevistado 02, então presidente da cooperativa:

Na mobilização da ASA pelo P1MC, no período de 1999-2001, a gente se articulou mais com as organizações de Alagoas, que até então era cada um no seu canto. Tinha os fóruns da seca, que participava todo mundo, mas internamente em Alagoas nós não tínhamos essa articulação, e aí com essa constituição da ASA, e essa mobilização dos municípios para poder criar as comissões de P1MC, a gente conseguiu ampliar os bancos de sementes para além da COPPABACS. Então, outras organizações também começaram a criar bancos de sementes nas suas áreas de atuação, o que culminou, em 2004, no I Encontro Estadual de Sementes, lá em Santana do Ipanema [município localizado na Mesorregião do Sertão alagoano], onde a gente reuniu cerca de 80 comunidades e batizamos as sementes como sementes da resistência. A gente via a Paraíba lá com as sementes da paixão, aí pensamos: qual o nosso nome? Aí em um concurso interno, entre os agricultores, a gente batizou como sementes da resistência. Resistência porque são sementes que resistem as poucas chuvas, as estiagens, resistem aos pacotes que eram ofertados pelos bancos e pelas linhas de crédito. A resistência da própria luta dos agricultores de se manter e trabalhar com as sementes crioulas (Entrevista realizada em 17/04/2019, no município de Delmiro Gouveia – Alagoas).

Por meio das parcerias estabelecidas com a ASA, a COPPABACS encontrou os caminhos para realizar a articulação com outras organizações e, assim, poder ampliar sua atuação e disseminar a proposta dos BCS em frações maiores do Semiárido alagoano. Uma das principais materializações desse fortalecimento ocorreu em 2008, com a promulgação da Lei Estadual nº 6.903, de 3 de janeiro de 2008, a qual dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Bancos Comunitários de Sementes, estabelecendo a destinação de recursos públicos para se fortalecer os BCS de Alagoas e se ampliar as variedades de

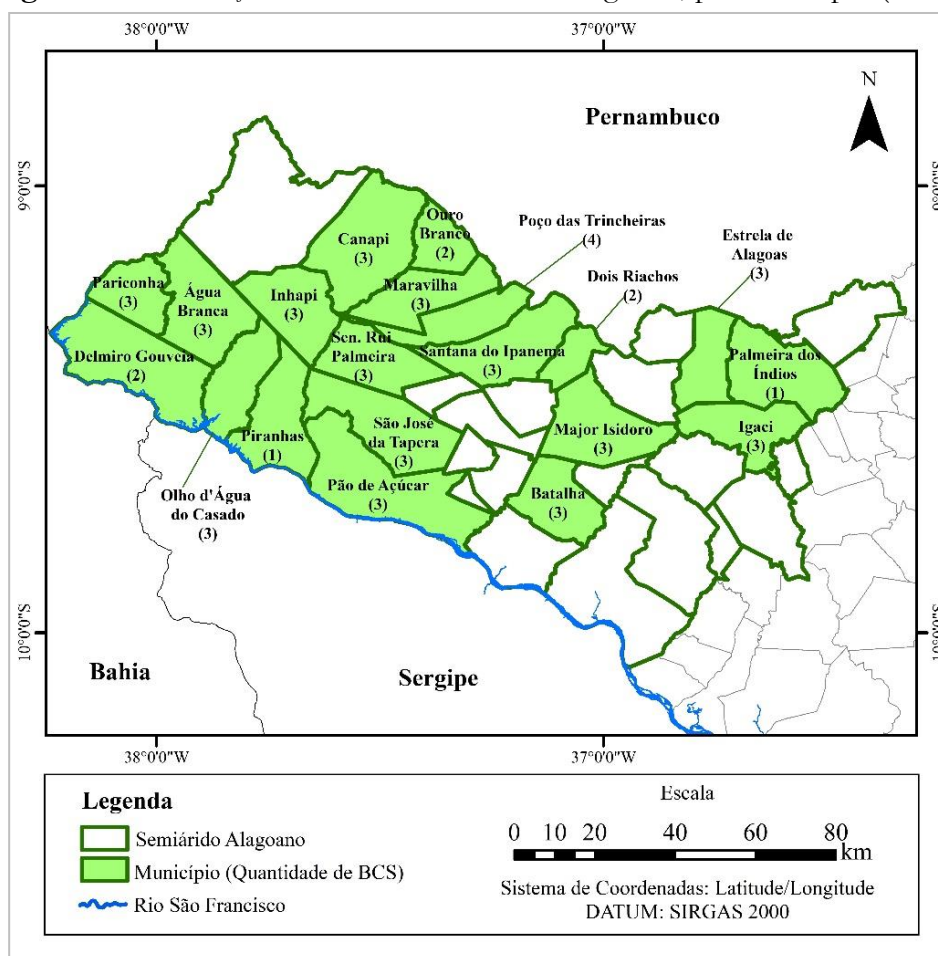
sementes crioulas disponíveis, sendo a referida Lei fruto da mobilização realizada pelo campesinato:

Embora tenha sido uma conquista muito importante, Lei Estadual nº 6.903/08 ainda não foi implementada na prática, sendo ignorada pelos grupos políticos que governam o estado de Alagoas. Diante desse cenário, embora se trate de um dispositivo legal, a Lei nº 6.903/08 se transformou em um programa de governo, ou seja, as possibilidades de diálogo estão sujeitas às vontades das pessoas que estão no poder.

Contudo, apesar dos entraves, a luta em busca da implementação da referida Lei seguiu sendo empreendida pela COPPABACS, que também continuou realizando ações voltadas para fortalecer o cooperativismo por meio da expansão dos BCS, difundindo essa resistência em mais fações do Semiárido alagoano, alcançando novas localidades e ampliando o quantitativo de camponeses cooperados e sementes preservadas. Como resultado desse processo surgiu a Rede Estadual de Sementes da Resistência de Alagoas, a qual engloba um quantitativo de 54 BCS apoiados pela ASA e distribuídos ao longo de 54 comunidades de 20 municípios do Semiárido alagoano (Figura 4).

Segundo informações da COPPABACS (2019), embora o número de BCS oficiais seja de 54 estima-se a existência de aproximadamente 69 no Semiárido alagoano, uma vez que algumas localidades, em virtude de problemas relacionados com a seca, tiveram seu estoque de sementes comprometidos, fazendo com o que o BCS fosse temporariamente desativado. Diante disso, para fins quantitativos, a cooperativa considera ativos os bancos acompanhados por ela e pela ASA. No interior desses 54 BCS são preservados um riquíssimo acervo genético, com uma variedade aproximada de 65 tipos de sementes, principalmente de feijão e milho, as quais garantem a reprodução dos camponeses guardiões.

Figura 4: Distribuição dos BCS do Semiárido alagoano, por município (2019).



Base cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2020).

Apesar da existência de 54 bancos, e de todos receberem acompanhamento da COPPABACS e da ASA, o quantitativo daqueles que são associados à COPPABACS é de 14, estando situados em 7 municípios e totalizando 280 cooperados. Assim como os BCS do Semiárido alagoano como um todo, àqueles que são associados à COPPABACS também possuem diferentes temporalidades, sendo construídos em distintos contextos históricos, tendo, desse modo, diferentes formas de organização.

O AVANÇO DAS SEMENTES DO AGRONEGÓCIO E SEUS PERIGOS PARA A COOPERATIVA DOS BCS NA SALVAGUARDA DAS CULTIVARES CRIOULAS NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS

Como colocado anteriormente, o Semiárido brasileiro é, por um lado, um espaço histórico de insurgência campesina, todavia, é também um *locus* marcado pelo domínio de grupos oligárquicos que possuem sob seu poder a esfera política e econômica, construindo desse modo o caminho para que o capital realize o processo de acumulação. No contexto do Semiárido de Alagoas, como vimos, esse quadro não é diferente e historicamente implica em múltiplos desafios à reprodução camponesa.

No contexto atual, um dos principais mecanismos de acumulação de capital que vem se materializando no espaço agrário do Semiárido alagoano diz respeito ao avanço do agronegócio⁸, e um dos principais mecanismos utilizados para garantir essa expansão é a disseminação de sementes híbridas e transgênicas. Esse movimento de difusão das sementes confeccionadas nos laboratórios do agronegócio vem ocorrendo por meio de dois caminhos Semiárido de Alagoas: o primeiro acontece através da distribuição de sementes híbridas por intermédio de política pública realizada pelo estado de Alagoas; o segundo, por sua vez, se dá por meio da expansão das sementes transgênicas, essas que representam uma grande ameaça para os organismos crioulos.

As ações de distribuição de sementes realizadas pelo estado de Alagoas ocorrem por meio do Programa de Distribuição de Sementes, uma política que visa distribuir sementes para organizações representativas da agricultura familiar e para a sociedade civil, de modo a disponibilizar para esses coletivos as cultivares para o plantio. Segundo a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas (SEAGRI – AL), estão credenciados a participarem do Programa de Distribuição de Sementes:

[...] qualquer organização representativa da agricultura familiar, tais como: Associações Comunitárias Rurais, Federações dessas associações, Cooperativas de Produção e/ou Cooperativas de Crédito, Sindicatos de

⁸ Corroboramos da perspectiva de análise de Campos (2011, p. 109) que define o agronegócio “[...] como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal, sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista [...]”.

Trabalhadores Rurais, bem como Prefeituras Municipais, desde que preencham as condições colocadas por este instrumento. Poderá também, ter acesso ao edital e à distribuição de sementes e cultivares crioulas, qualquer organização da Sociedade Civil Organizada, formalizada, ligadas ao segmento agropecuário, à filantropia e aos Programas de Governo de Inclusão Social, desde que devidamente comprovada (SEAGRI – AL, 2018).

A fonte dos recursos do Programa de Distribuição de Sementes é o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP). O referido fundo, instituído pela Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.532, de 26 de abril de 2005, tem como objetivo

[...] viabilizar para toda a população de Alagoas o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e em outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal (Art. 1º, Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004).

A partir do que é preconizado pelo FECOEP, vemos que o Programa de Distribuição de Sementes se encaixa como uma política pública que possui o papel de ser uma ação social desenvolvida pelo Estado. Entretanto, ao direcionarmos nossa ótica para a origem das sementes que foram distribuídas, nos deparamos com a atuação de grupos empresariais sementeiros, como evidencia a Tabela 1, a qual aponta quem foram os fornecedores de sementes para o estado de Alagoas, o percentual de recursos recebidos e o valor total destinado para a aquisição de sementes, no período de 2007 a 2018.

Com exceção da COPPABACS, que aparece com o irrisório percentual de 0,08%, a Tabela 02 mostra que os fornecedores de sementes para o estado de Alagoas foram empresas do agronegócio, com destaque para o Grupo Santana, que sozinho recebeu 84,91% dos recursos, equivalente a R\$ 91.664.434,50 milhões de reais entre 2008 e 2018. Tendo como principal atividade a produção de sementes, o “Grupo Santana surgiu há 18 anos com objetivo de promover o desenvolvimento no segmento do agronegócio” (GRUPO SANTANA, 2020). Atualmente, a empresa tem forte participação “em programas de distribuição de sementes para agricultura familiar” e carrega o status de ser

considerada “uma das maiores empresas do agronegócio do Nordeste” (GRUPO SANTANA, 2020).

Tabela 1: Despesas com aquisição de sementes, por fornecedor (2008-2018) – em R\$.

Posição	Empresas	Sede	Valor (R\$)	(%)
1°	Grupo Santana	RN	91.664.434,50	86,03%
2°	Rural Representações e Comércio	RN	4.088.000,00	3,84
3°	Grupo Fernando João Prezzotto	SC	3.388.100,00	3,18
4°	Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN	RN	3.294.936,25	3,09
5°	Agrocana Comércio e Representações	AL	2.685.400,00	2,52
6°	B&G Comércio e Serviços	GO	986.180,00	0,93
7°	Safranorte e Sementes	BA	364.680,00	0,34
8°	COPPABACS	AL	83.815,00	0,08
TOTAL	-	-	106.555.545,75	100,00

Fonte: Portal da Transparência Graciliano Ramos (2018).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2019).

Retomando a análise da Tabela 02, completando a lista temos, em segundo lugar, o grupo Rural Representações e Comércio LTDA, com 3,84% (R\$ 4.088.000,00). Grupo Fernando João Prezzotto – 3,18% (R\$ 3.388.100,00); Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – 3,9% (R\$ 3.294.936,25); Agrocana Comércio e Representações LTDA – 2,52% (R\$ 2.685.400,00); B&G Comércio de Serviços LTDA – 0,93% (R\$ 986.180,00); Safranorte e Sementes LTDA – 0,34% (R\$ 364.680,00); e COPPABACS – 0,08% (R\$ 83.815,00) completam o ranking.

As informações presentes na Tabela 1 colocam em evidência que o Programa de Distribuição de Sementes tem atendido aos interesses do agronegócio, fato que põe em relevo como a política pública, apesar das contradições existentes, se constitui como um instrumento voltado para facilitar a acumulação capitalista, processo que se intensifica no âmbito da agenda neoliberal, este que engendrou modificações no interior das políticas públicas.

Nesse sentido, Souza (2006, p. 20-21) explica que com o neoliberalismo se deu um renascimento do campo das políticas públicas, fato que segundo a autora vem ocorrendo nas últimas décadas e é impulsionado por três elementos: 1. crescente necessidade da adoção de políticas de controles de gastos; 2. novas visões de governo, que trocaram o viés keynesiano por políticas restritivas de gastos; 3. questão dos países em desenvolvimento e/ou de recente democracia, que não conseguiram realizar uma coalizão política capaz de formular políticas públicas que atendam às necessidades sociais.

A implantação das políticas públicas com o viés de restrição financeira e de controle social só é possível graças as ações do Estado, este que no âmbito do capitalismo atua no sentido de elaborar mecanismos que ampliem a acumulação, sendo as políticas públicas um facilitador desse processo. Diante disso, vemos que as políticas públicas, embora apareçam como ações importantes no que diz respeito ao enfrentamento de problemas sociais, são instrumentos que melhoram a fluidez da acumulação de capital, e desse modo, juntamente com as demais engrenagens que movimentam esse sistema, assentadas na exploração da natureza e da força de trabalho, atuam na produção do espaço geográfico desigual, nas suas múltiplas escalas.

Ancorado nessas reflexões vemos que o Programa de Distribuição de Sementes, além de ser uma política pública que nutre o agronegócio sementeiro com volumosas quantias de dinheiro, também reforça uma situação de clientelismo político, uma vez que os trabalhadores se tornam dependentes das sementes fornecidas pelo Estado, fato verificado no ano de 2019, em que não houve a compra de sementes, e conseqüentemente não ocorreu a distribuição. Seguindo nossa reflexão, ainda sobre os dados da Tabela 1, é importante apontarmos a presença da COPPABACS, pois foi por meio de um intenso processo de luta que a cooperativa conseguiu efetuar a venda de 12 toneladas de sementes crioulas (ASA, 2018), recebendo a pequena quantia, porém simbólica, de 83 mil reais.

O outro movimento de chegada das sementes do agronegócio no Semiárido alagoano vem ocorrendo por meio da disseminação dos OGMs, processo que está despertando uma grande preocupação por parte das organizações camponesas, uma vez que se trata de uma realidade que abrange a região Semiárida brasileira como um todo e que já causa danos para as sementes crioulas. Tal situação foi descrita por Luciano Marçal

Sequeira, membro da ASA, em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (2019), ao colocar que o cultivo do material transgênico “tem produzido um efeito devastador, contaminando a grande diversidade das variedades de milho crioulo do Semiárido (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2019).

Considerando o contexto do Semiárido alagoano, o Entrevistado 02 apontou que o milho transgênico tem chegado por quatro caminhos:

Um é o canal do Sertão, que tem aberto e incentivado muito a produção do milho irrigado. O canal do Sertão trouxe isso, porque as casas comerciais vendem com força, estimulam. Outra forma de entrada ocorre no Agreste, onde é muito forte o Grupo Coringa, que incentiva, faz roças em sistemas de parcerias, fornecendo para os agricultores os insumos, as sementes transgênicas. Isso tem se alastrado muito forte no Agreste. A outra forma é a partir das feiras livres, onde o pessoal compra as sementes sem saber a origem, às vezes já é um milho contaminado. E uma outra é o próprio balcão de vendas da CONAB, que eles trazem sementes do Sul para vender aqui como ração, mas os agricultores, quando compram, muitos terminam plantando civil (Entrevista realizada em 17/04/2019, no município de Delmiro Gouveia – Alagoas, com o então presidente da COPPABACS).

Dentre os caminhos que o milho transgênico tem utilizado para chegar ao Semiárido alagoano destacamos o canal do Sertão, maior obra hídrica realizada no estado de Alagoas (AGÊNCIA ALAGOAS, 2019) e que vem atraindo os olhares de setores do agronegócio, principalmente o sementeiro, o qual enxerga na referida obra uma oportunidade para realizar o processo de monopolização do território. Nesse sentido, embora não existam ainda dados quantitativos, as pesquisas de campo evidenciaram que tem havido um crescimento exponencial do cultivo de milho transgênico no município de Pariconha, sobretudo no Povoado Rolas, localidade situada nas proximidades do canal e que tem recebido as primeiras sementeiras de transgenia no Sertão alagoano.

Ao analisar a chegada do milho transgênico em Pariconha, o Entrevistado 03, então secretário de agricultura do município, colocou:

Todas essas áreas aqui, do canal do sertão, a maioria são transgênicas. Pequenas propriedades de pequenos produtores que plantavam os milhos tradicionais e que agora estão com uma visão diferente, olhando para os transgênicos. Em Pariconha temos em média uns 15 hectares cultivados com milho transgênico. Se o canal tiver os perímetros, a tendência é essa área aumentar. Aqui tem um povoado chamado Rolas que você der semente crioula lá eles não querem mais. Lá foi feito um planejamento de produção e a cada 10 dias é plantado 15 linhas de milho. A maioria do milho que

atualmente é consumido em Delmiro Gouveia, no caso o milho assado, é produzido no povoado Rolas. Eles estão conseguindo vender o milho a 0,50 centavos a espiga. Esse milho transgênico tem três espigas, uma grande, outra média e outra menor, a menor está sendo vendida a 0,30 centavos (Entrevista realizada em 22/07/2019, no município de Pariconha – AL).

Essa declaração revela um cenário preocupante, pois é destacada a rejeição da semente crioula por parte de alguns agricultores, que agora enxergam no milho transgênico uma nova possibilidade de aumentar a produção e obter um maior rendimento financeiro. O fato é que a presença da transgenia já começa a causar danos para as sementes crioulas do Semiárido de Alagoas. Tal constatação vem sendo feita por meio dos testes de transgenia realizados tanto pela COPPABACS quanto pela ASA, cujos resultados identificaram a presença de material transgênico em milho crioulo. Atualmente existem 11 proteínas transgênicas no mercado, contudo a ASA possui testes que detectam sete e a COPPABACS, por sua vez, cinco.

Em março de 2019 a ASA divulgou os resultados parciais dos testes de transgenia realizados em 333 amostras, das quais 234 eram sementes crioulas. Os testes buscaram identificar a presença de sete proteínas transgênicas, as quais possuem como principais características a resistência ao glifosato e a lagarta do cartucho e são produzidas pelas empresas Bayer/Monsanto⁹, ChemChina/Syngenta¹⁰, Dow Agrosience e DuPont, como esquematizado no Quadro 1.

No quadro vemos as multinacionais do agronegócio, que por meio dos processos de concentração e centralização de capital, vem ampliando o uso de transgenia na escala mundial. A atuação desses conglomerados evidencia a materialidade do fenômeno que Chesnais (1996, p. 25) define como mundialização do capital em que “(...) as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado”.

⁹ Em junho de 2018, alemã Bayer efetuou a compra da estadunidense Monsanto, por US\$ 63 bilhões (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

¹⁰ Em uma transação que envolveu US\$ 43 bilhões, a estatal chinesa ChemChina adquiriu a suíça Syngenta, compra efetivada em junho de 2017 (G1, 2017).

Quadro 1: Proteínas presentes em sementes transgênicas: características e empresas que as comercializam.

Proteínas testadas	Características	Empresas que comercializam
CP4ESPS	Resistência ao herbicida glifosato	Bayer/Monsanto, Dow Agrosience e DuPont
Cry1Ab	Resistência à lagarta do cartucho	Bayer/Monsanto, ChemChina/Syngenta e DuPont
Cry1F	Ação na resistência à lagarta do cartucho	Dow Agrosience e DuPont
Cry2AB	Resistência à lagarta do cartucho	Bayer/Monsanto, ChemChina/Syngenta e Dow Agrosience
Cry3BB	Resistência à lagarta diabrotica	Bayer/Monsanto e Dow Agrosience
Liberty Link	Resistência ao herbicida glifosato	Bayer/Monsanto, ChemChina/Syngenta, Dow Agrosience e DuPont
Vip3A	Resistência à lagarta do cartucho	ChemChina/Syngenta, Dow Agrosience e DuPont

Fonte: ASA (2019).

Elaboração: SANTOS, Flávio (2019).

Nessa mesma perspectiva teórico-metodológica, Oliveira (2016) analisa o processo de mundialização da agricultura, que consiste entre outras coisas, na intensificação do domínio do capital financeiro sobre a produção agropecuária, portanto, na crescente transformação de alimentos em commodities. E um dos instrumentos desse processo é a disseminação das sementes transgênicas.

Desse modo, o avanço das sementes transgênicas coloca em risco a preservação dos organismos crioulos, um fato já comprovado na região por meio dos testes realizados pela ASA. De um total de 234 sementes analisadas, 20% estavam contaminadas. As sementes crioulas que vem sofrendo contaminação são as de milho, processo que ocorre durante a polinização, com o vento trazendo o material transgênico de plantações próximas à dos camponeses guardiões.

No caso alagoano, os resultados parciais apontaram que dos 16 testes realizados com sementes crioulas, um percentual de 35% apresentou contaminação, acusando a presença das proteínas CP4ESPS, Cry1Ab, Cry2AB, Cry3BB e Vip3A (ASA, 2019). Juntamente com as sementes híbridas distribuídas pelo estado, que acabam chegando até alguns camponeses sócios de BCS, os OGMs também estão se configurando como ameaças para a preservação dos organismos crioulos. Diante desse cenário de ataques realizados pelo capital contra as sementes crioulas, nota-se a importância do trabalho cooperativo realizado nos BCS, do mesmo modo em que se evidencia a necessidade de se fortalecer esse espaço, como aponta o Entrevistado 02:

O banco de sementes é um ambiente muito estratégico, mais hoje do que nunca, porque se antes o desafio era só você ter a semente para plantar e garantir que ela estivesse ali na época da chuva, hoje, para além disso, é como se organiza para se proteger dessas outras sementes que estão vindo (Entrevista realizada em 17/04/2019, no município de Delmiro Gouveia – Alagoas).

Com objetivo de fortalecer o cooperativismo e ampliar os BCS do Semiárido brasileiro foi criado em 2015 o Programa Sementes do Semiárido, da ASA, surgido por meio da ação coletiva de diferentes organizações camponesas e que tem por objetivo expandir os bancos de sementes, capacitar os camponeses nos processos de salvaguarda das cultivares crioulas e ampliar a variedade de sementes. Os bancos construídos por meio do Programa Sementes do Semiárido possuem uma dimensão de 40m² e são equipados com os seguintes itens: bombonas para armazenamento; uma balança com capacidade de pesar até 150 quilos; uma lona de algodão para secagem das sementes; estantes; um kit de peneira manual para seleção; uma mesa; e uma cadeira.

Desde a sua criação até o mês de fevereiro de 2021, o Programa Sementes do Semiárido realizou a construção de 859 bancos (ASA, 2021), sendo desse modo uma importante ação voltada para a preservação das cultivares crioulas e do fortalecimento do trabalho coletivo. No contexto alagoano, o programa vem prestando assistência para os BCS já existentes e contribuindo na construção de novos. Além do fortalecimento da resistência por meio da construção de novos bancos, a COPPABACS, juntamente com a ASA, realiza outras ações em Alagoas preconizando o fortalecimento das lutas.

Dentre essas atividades, destaque para o Encontro Nacional de Sementes, realizado em março de 2019, em Maceió-Alagoas, e o 8º Encontro Estadual de Sementes e Agroecologia de Alagoas, ocorrido em maio do mesmo ano, no município alagoano de Igaci. Ambos os momentos se configuraram como espaços de diálogo, socialização das experiências comunitárias, apresentação dos desafios existentes e estabelecimento de estratégias para o enfrentamento dos mesmos.

A festa da colheita, realizada anualmente pela COPPABACS, também se insere dentre as estratégias de fortalecimentos dos laços entre os camponeses cooperados, pois se trata de uma celebração em que os guardiões de sementes realizam uma confraternização, trocando conhecimentos, estabelecendo novos vínculos e ofertando os frutos da terra resultantes de mais um ano de trabalho. Em sua 23ª edição, ocorrida no dia 27 e outubro de 2019, a festividade teve como tema “Alimentando o campo e a cidade com comida de verdade” e contou com a participação de camponeses oriundos de diferentes BCS alagoanos.

Por meio das ações mencionadas, bem como através de sua contínua atuação, a COPPABACS segue realizando o fortalecimento das lutas em defesa das sementes crioulas, prática que está presente na natureza da cooperativa, pois a mesma é resultante desse processo de resistência. Contudo, apesar dos avanços realizados, é sabido que existem muitas dificuldades enfrentadas pelos bancos, uma vez que não estão imunes nem aos conflitos internos das comunidades nem às dificuldades engendradas pela acumulação capitalista à reprodução social camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, realizamos uma reflexão sobre os aspectos históricos e sociais do Semiárido brasileiro, e de forma específica do alagoano, de modo a desvelar os elementos que ao longo dos anos foram responsáveis por moldar as relações sociais constituídas nessa região, a qual se configura como um *locus* que historicamente é objeto de domínio de grupos oligárquicos locais que exercem o controle político e econômico, viabilizando desse modo a ampliação da acumulação de capital. Por outro lado, apontamos como esse espaço também é o lugar das ações de lutas construídas por trabalhadores

camponeses, os quais resistem aos ataques das elites agrárias e por meio de relações de trabalho pautadas no cooperativismo e na coletividade vêm construindo caminhos para a convivência com o Semiárido.

Nesse aspecto, em nossa pesquisa apresentamos um desses caminhos, o qual corresponde ao trabalho cooperativo em defesa das sementes crioulas, realizado desde a década de 1980 por populações camponesas do Semiárido alagoano, em uma articulação impulsionada por decorrência das dificuldades sociais enfrentadas no período temporal citado. Para além de sua importância do ponto de vista agrônômico, pois são sementes adaptadas aos solos e ao clima do Semiárido brasileiro, os organismos crioulos carregam também os conhecimentos e a cultura camponesa, estes que foram originados por meio do trabalho e da relação com a natureza, sendo transmitidos de geração em geração.

Além dos elementos biológicos e culturais, as sementes crioulas alagoanas trazem em seu nome um aspecto marcante do campesinato do Semiárido do estado: a resistência, processo que em Alagoas se materializa por meio da construção dos BCS, através dos quais se busca proteger os organismos crioulos. Desse modo, a consolidação da resistência camponesa se dá por meio da formação dessa Rede Estadual de BCS, tecida pela articulação política entre os bancos, assim como pelas relações de territorialidades, as quais se constituem através das atividades como a guarda das sementes, as reuniões, as celebrações e a partilha dos saberes.

Essa rede de resistência camponesa se ergue contra o avanço das sementes do agronegócio, processo que vem se intensificando no Semiárido alagoano e que representa um grande perigo para o trabalho cooperativo que vem sendo realizado na região, pois constatamos que as cultivares híbridas e transgênicas se disseminam em alagoas tendo como um dos objetivos suplantar as cultivares crioulas. Perante esse quadro, o desafio que está sendo colocado para os camponeses é o de ampliação da luta em defesa das sementes crioulas e das relações de cooperativismo por meio dos BCS, pois esses processos representam também a preservação dos modos de vida, do trabalho e do território do campesinato.

Desse modo, os bancos comunitários são a expressão maior do processo de resistência e do trabalho cooperativo, pois eles também são sementes, que foram plantadas

na década de 1980, germinaram, deram frutos e se multiplicaram, sendo uma estratégia fundamental para a existência do campesinato guardião das cultivares crioulas em Alagoas.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 5-59, 1999.

AGÊNCIA ALAGOAS. **Renan Filho inaugura duplicação de rodovia e sistema de abastecimento no Sertão**. Disponível em:

<<http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/30697-renan-filho-inaugura-duplicacao-derodovia-e-sistema-de-abastecimento-no-sertao>>. Acesso em: 13 de out. 2019.

ALAGOAS. Decreto nº 2.532, de 26 de abril de 2005. **Regulamenta a Lei nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/fundo-de-combate-e-erradicacao-da-pobrezafecoep/Decreto_2532-05_26.04.05.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

_____. Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004. **Institui o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP**. Disponível em:

<<http://www.trabalho.al.gov.br/editais/edital-capacitacao-mulheresmaceio/Lei%20no%206.558-%20de%2030.12.04.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

_____. Lei Estadual nº 6.903, de 3 de janeiro de 2008. **Dispõe sobre a criação do programa estadual de bancos comunitários de sementes**. Disponível em:

<http://www.iteral.al.gov.br/legislacao/http___www.iteral.al.gov.br_legsilacao_lei_sementesalagoas.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

_____. **Portal da Transparência Graciliano Ramos**. Disponível em:

<<http://transparencia.al.gov.br/>>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. **Campesinato e migração em Alagoas**. Edufal: Maceió, 2017.

ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Angela. **Semente da paixão: estratégia de conservação locais no semi-árido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. ASA. **Ações**. Disponível em:

<<https://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

_____. **Resultado parcial dos testes de transgenia**. In.: Encontro Nacional de Sementes. Maceió, AL: ASA, 2019.

_____. **Sementes crioulas de Alagoas são vendidas para os governos federal e estadual.** Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10481-sementes-crioulas-dealagoas-sao-vendidas-para-os-governos-federal-e-estadual>>. Acesso em: 03 de dez. 2018.

_____. **Sementes do Semiárido.** Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido#objetivos-sementes-dosemiarido>>. Acesso em: 05 de mar. 2021.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Água Branca, AL.** Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/agua-branca_al>. Acesso em: 17 de jan. 2020.

BRASIL. Resolução nº 107/2017, de 27 de julho de 2017. **Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro.** Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

_____. Resolução nº 115/2017, de 23 de novembro de 2017. **Aprova a Proposição nº 113/2017.** Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/resolucoes/resolucao115-23112017-delimitacaodosemiarido.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta – RS.** São Paulo: CLACSO – Expressão Popular, 2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Xamã editora, São Paulo, 1996.

FOLHA DE S. PAULO. **Bayer conclui compra da Monsanto e se torna líder mundial em sementes e pesticidas.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/bayer-conclui-compra-da-monsanto-e-setorna-lider-mundial-em-sementes-e-pesticidas.shtml>>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

G1. **ChemChina completa a compra da Syngenta por US\$ 43 bilhões.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/chemchina-completa-a-compra-dasyngenta-por-us-43-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

GRUPO SANTANA. **Grupo Santana.** Disponível em: <<http://gruposantanarn.com.br/gruposantana/>>. Acesso em: 21 de jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Bases e referenciais.** Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/basescartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 04 de abr. 2019.

_____. **Produção Agrícola Municipal – PAM.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 17 de jan. 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Transgenia é a maior ameaça à expansão e preservação de sementes crioulas. Entrevista especial com Luciano Marçal Silveira.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/593290-transgenia-e-a-maior-ameaca-a-expansao-e-preservacao-de-sementes-crioulas>>. Acesso em: 12 de out. 2019.

LABOURIAU, Luiz Fernando Gouvêa. O interesse do estudo das sementes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 228-242, mai.-ago. 1990.

LESSA, Golbery Luiz. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In.: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva (orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas.** Maceió: Edufal, 2013.

LIMA, Lucas Gama. **Limites da política de compra e distribuição de sementes em Alagoas.** Disponível em: <<http://asaalagoas.blogspot.com/search?updated-max=2017-10-11T08:47:00-07:00&max-results=7&reverse-paginate=true>>. Acesso em: 23 de jan. 2019.

LIMA, Lucas Gama; SILVA, Genilda Maria da; FEITOZA, Gleiton do Nascimento. Mobilidade espacial do trabalho: redundantes do Sertão de Alagoas como parte da reprodução do capital. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 55, p. 1103-1121, 2018.

LINS, Letícia. **Mais sustentáveis, sementes crioulas conquistam agricultores do Nordeste.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/revista-amanha/maissustentaveis-sementes-crioulas-conquistam-agricultores-do-nordeste-11287145>>. Acesso em: 10 de fev. 2020.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística.** 2 ed. Brasília: Confea, 2009.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, jul.-set. 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. MDS. **DNOCS: história.** Disponível em: <<https://www2.dnocs.gov.br/historia>>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste.** Planejamento e conflito de classes. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ONOFRE, Gisele Ramos; YOKOO, Sandra Carbonera. Cooperativismo Rural. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, v. 2, n. 1, p. 103-111, jan.-jun. 2011.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface**, Botucatu, v. 1, n. 1, ago. 1997.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao Cooperativismo**. Santa Maria: Colégio Politécnico UFSM, 2014.

SANTOS, Flávio dos. **Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no Semiárido alagoano**. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, SE, 2020.

SEAGRI – AL. **Editais de credenciamento SEAGRI nº 01/2018**. Disponível em: <http://www.agricultura.al.gov.br/editais/2018/EDITAL%20DE%20CREDENCIAMENTO%20DE%20SEMENTES%20SAFRA%202018.pdf/at_download/file>. Acesso em: 12 de dez. 2018.

_____. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.agricultura.al.gov.br/>>. Acesso em: 06 de fev. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul.-set. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. SUDENE. **Delimitação Semiárido**. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/delimitacao-dosemiarido>>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

TRINDADE, Carina Carreira. **Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais**. In: Congresso Nacional do Conpedi, 15, 2006, Manaus.

Submetido em março de 2021

Aceito em junho de 2021